



MR 016. Ilegalismos, circuitos judiciários e administração de conflitos no Brasil, Argentina e Canadá

Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Mariano Perelman (UBA-CONICET) - Participante, Luciane Patrício Barbosa Martins (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - Participante, Joao Gustavo Vieira Velloso (Universite d'Ottawa / University of Ottawa) - Participante, Brigida Renoldi (CONICET) - Debatedor/a

Esta mesa redonda tem por objetivo discutir a problemática da gestão de ilegalismos e a mobilização de circuitos judiciais a partir de pesquisas etnográficas sobre administração de conflitos no Brasil, Argentina e Canadá. Os ilegalismos são entendidos aqui como condutas que, uma vez patrocinadas por sujeitos específicos, contrariam determinadas expectativas morais e legais que as interpretam enquanto algo de nocivo ou perigoso. A gestão dos ilegalismos envolve desde uma relativa tolerância até suas penalizações, conforme os contextos e interesses em jogo. Nossa proposta buscará promover um debate entre os resultados de abordagens etnográficas e comparativas da pesquisa Lógicas de mercado, Conflitos de Interesses e Práticas de Controle nos Processos de Administração Institucional de Conflitos, desenvolvida no âmbito do INCT-InEAC, assim como os estudos de participantes convidados. Neste sentido, priorizaremos pesquisas que realizam um enquadramento mais elucidativo e dinâmico das práticas judiciais e de controle administrativo empregadas na gestão de ilegalismos. A partir de três contextos distintos, nós nos questionaremos, por exemplo, sobre as definições ancoradas em leis e regulamentações que definem e classificam os atores e suas práticas na utilização do espaço público, assim como as formas de sanções voltadas para o controle de acesso e uso desses espaços e na instauração de relações, territórios e territorialidades específicos.

Lógicas de mercado na distribuição dos policiamentos públicos no Rio de Janeiro

Autoria: Luciane Patrício Barbosa Martins

Os constantes tiroteios e a cobertura midiática colocam o RJ nas páginas policiais. Em meio aos clamores por solução, não é raro ouvir demandas por mais policiamento. Os efetivos policiais encarregados pelos policiamentos públicos não seriam suficientes para enfrentar o problema. Curiosamente, o Rio de Janeiro sob intervenção federal ostenta diferentes modalidades de policiamento, com um significativo contingente. Temos os efetivos das polícias e das forças armadas mobilizadas pelo decreto presidencial, agentes da Força Nacional, e, em determinadas regiões, a modalidade "híbrida" de policiamento financiada pela iniciativa privada que distribuiu agentes da lei em pontos específicos da cidade. A pergunta que informa a presente comunicação é: quais as lógicas (de mercado) que informam a distribuição de tais policiamentos que, sob a alegação de prover mais segurança, produzem escassez?



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

